CONFERÊNCIA BRASILEIRA CLIMA & CARBONO

COALIZÃO PELO REDD+

Movimento multiatores pela conservação florestal, desenvolvimento territorial e financiamento climático

O Brasil reúne uma das maiores extensões de florestas tropicais do mundo, capacidade técnica reconhecida de monitoramento e uma trajetória relevante de políticas públicas, programas jurisdicionais e projetos privados voltados à redução do desmatamento e da degradação florestal.

Transformar esse potencial em conservação de longo prazo, desenvolvimento econômico e benefícios concretos para os territórios exige ampliar a articulação entre governos, setor privado, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, sociedade civil, academia e agentes financeiros, mobilizando recursos compatíveis com a dimensão do desafio.

É nesse contexto que surge a Coalizão pelo REDD+, movimento lançado durante a 4ª Conferência Brasileira Clima e Carbono, em agosto de 2026 e que conta com adesão da Aliança Brasil NBS, do GCF Task Force, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Conforme resultado do diálogo iniciado pelos participantes, o próximo passo é convidar todas as organizações que integram o ecossistema de Programas Jurisdicionais e Projetos Públicos e Privados de Carbono para reforçar a ação integrada em prol da valorização de REDD+, aumentando o reconhecimento do carbono florestal como setor essencial para o cumprimento das metas nacionais de redução e para a prática da justiça climática. Tendo sido constatado que boa parte dos desafios enfrentados para a plena implementação de REDD+ nas modalidades de financiamento de mercado, incluindo os ITMOS, estão relacionadas com a circulação de informação incompleta sobre as suas potencialidades e pela ainda insuficiente incidência dos atores do ecossistema de REDD+ com os processos de tomada de decisão em andamento, a Coalizão busca -assim como já ocorreu alguns anos atrás- congregar as partes interessadas para que os esforços de viabilizar o carbono florestal como elemento indutor de mudanças positivas seja uma realidade.

A Coalizão nasce como um movimento multissetorial, permanente e aberto à adesão de organizações, instituições e atores que compartilhem o compromisso com o fortalecimento do REDD+. A proposta é criar um espaço de convergência, articulação e ação coletiva capaz de aproximar diferentes experiências e contribuir para ampliar a escala, o financiamento, a integridade e os impactos positivos das iniciativas de REDD+ nos territórios e para que após décadas de esforço integrado, seja por fim uma realidade.

REDD+ é conservação e desenvolvimento

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, REDD+ compreende a redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, além do papel da conservação dos estoques de carbono, do manejo sustentável das florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal.

Para a Coalizão, entretanto, o REDD+ precisa ser compreendido para além da geração de créditos de carbono atrelados à efetiva redução de desmatamento e degradação florestal. Manter a floresta em pé significa conservar biodiversidade, água, e outros serviços ecossistêmicos e, ao mesmo tempo, criar condições para novas oportunidades econômicas e sociais nos territórios. REDD+ é a única modalidade de financiamento climático que distribui benefícios significativos para a manutenção de estoques de floresta

ao tempo em que reconhece e valoriza o esforço histórico de conservação dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A agenda de REDD+ já está presente de maneira significativa no território brasileiro, por meio de diferentes escalas e abordagens. Levantamento realizado a partir de dados da Verra identificou **124 iniciativas de REDD+ entre 196 projetos AFOLU analisados no Brasil, correspondendo a 63,3% do total. A Amazônia Legal concentra 72,4% dos projetos AFOLU analisados e, entre as iniciativas desenvolvidas na região, 83,1% são projetos de REDD+.** A essa experiência somam-se os programas estatais de pagamento por resultados de REDD+ na modalidade de não mercado, como os implementados no Acre e em Mato Grosso no âmbito do Programa REDD Early Movers (REM). Desde 2018, os estados da Amazônia Legal trabalham arduamente no desenvolvimento e certificação dos programas jurisdicionais de REED+ adotando padrões que qualificam seus esforços para os mercados voluntário e regulado, ampliando a experiência brasileira com REDD+. Em qualquer uma formas de atuação, sejam projetos privados, projetos públicos, programas estatais e programas jurisdicionais em fase de pré-investimento, REDD+ tem criado um círculo virtuoso de ação no combate ao desmatamento e degradação, de valorização das florestas como ativo essencial para o desenvolvimento sustentável e de distribuição de benefícios aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os resultados também evidenciam a dimensão socioambiental dessa agenda: **dos 196 projetos avaliados, 118 possuem certificações de co-benefícios socioambientais e 107 desses projetos estão localizados na Amazônia.** São números que demonstram a existência de conhecimento acumulado, investimentos, capacidades locais e experiências concretas sobre as quais o país pode avançar.

O desafio é transformar potencial em escala

O momento é especialmente importante para essa construção. A Estratégia Nacional para REDD+ está em processo de atualização e o país avança na implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), instituído pela Lei nº 15.042/2024 e que estabelece o marco regulatório do mercado de carbono no Brasil. O Plano Clima reconhece o mercado de carbono e o REDD+ como instrumentos relevantes da agenda climática e ressalta a importância da integração entre programas jurisdicionais, mercado voluntário e mercado regulado brasileiro.

Esse cenário exige caminhos que assegurem convivência, complementaridade e interoperabilidade entre diferentes escalas e modelos de implementação, respeitando direitos, atribuições institucionais e realidades territoriais. Projetos privados, projetos públicos e programas jurisdicionais podem desempenhar papéis complementares e ampliar os resultados de conservação e garantir o atingimento das metas climáticas nacionais.

Também é fundamental que REDD+ esteja contemplado nas novas oportunidades de cooperação internacional, inclusive na implementação dos mecanismos do Artigo 6º do Acordo de Paris e na regulamentação brasileira dos ITMOs.

O Brasil já reúne florestas, projetos, programas jurisdicionais, conhecimento técnico e capacidade de geração de resultados ambientais. O desafio agora é transformar esse patrimônio em demanda, investimento e benefícios concretos, fortalecendo a conservação e uma economia baseada na floresta em pé.

Integridade, evolução e viabilidade

O mercado de carbono já reúne experiência acumulada, padrões reconhecidos, metodologias específicas e processos de validação e verificação independentes. Esses instrumentos vêm evoluindo continuamente, acompanhando avanços técnicos, científicos e regulatórios. No caso do REDD+, por exemplo, metodologias vêm sendo atualizadas e avaliadas à luz de referenciais internacionais de integridade, como os Core Carbon Principles.

Esse processo de aprimoramento deve continuar fortalecendo a robustez ambiental e climática, a transparência, o monitoramento, as salvaguardas socioambientais, a segurança jurídica e o respeito aos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Ao mesmo tempo, novos requisitos devem ser tecnicamente justificados, proporcionais e implementados com previsibilidade, evitando sobreposição de exigências e aumentar ainda mais os custos de transação de forma a comprometer a viabilidade de projetos e programas, reduzindo ou as vezes inviabilizando a possibilidade de que os recursos chegem efetivamente aos territórios. Integridade e viabilidade precisam avançar juntas, preservando a capacidade de REDD+ de gerar resultados ambientais e benefícios socioeconômicos duradouros.

Nesse sentido, a Coalizão se estrutura a partir de convergência nos seguintes objetivos: fortalecer REDD+ como instrumento de conservação e desenvolvimento territorial; consolidar REDD+ como atividade elegível para a abordagem cooperativa e o mercado regulado de carbono, promover a complementaridade entre projetos privados, projetos públicos e programas jurisdicionais; visibilizar a integridade ambiental e social intrínseca; assegurar a segurança jurídica e previsibilidade; e contribuir para mobilizar demanda e financiamento capazes de gerar resultados duradouros nos territórios.

Um movimento aberto à adesão

A Coalizão pelo REDD+ é um espaço de diálogo, alinhamento técnico, construção participativa e atuação integrada, orientado pelos seguintes princípios: a) adesão ampla, aberta a organizações de qualquer porte ou setor que participem ou tenham interesse comprovado em viabilizar projetos públicos, projetos privados ou programas jurisdicionais de REDD+; b) decisão por consenso, de modo que os posicionamentos da Coalizão reflitam o entendimento comum de seus participantes; c) construção participativa de narrativas sobre REDD+ a ser adotadas nas estratégias de comunicação da Coalizão; d) respeito às particularidades organizacionais de cada participante; e) comunicação institucional pactuada pelos membros; e f) cooperação, comunicação e coordenação como base da atuação conjunta.

Conforme decisão tomada no lançamento, iniciamos a fase de incorporação de novos participantes que estajam interessados em contribuir para uma agenda de REDD+ baseada em integridade, diálogo e resultados.

A Coalizão não pretende ser ou se transformar em uma nova estrutura institucional, a Coalizão é um espaço de construção, convergência e capacidade de ação coletiva, conectando quem conserva, quem vive nos territórios, quem implementa políticas públicas, quem desenvolve soluções, quem pode mobilizar os recursos necessários para dar escala a essas iniciativas e quem pode contribuir com conhecimento técnico/científico.

O Brasil não parte do zero. Há experiências, resultados, estruturas de governança e capacidades construídas. A Coalizão pelo REDD+ surge para contribuir para que esse patrimônio seja fortalecido,

potencializado e convertido em conservação, desenvolvimento territorial e financiamento climático em escala.

Secretariado da Coalizão: inicialmente, o secretariado da Coalizão pelo REDD+ é exercido pela Aliança Brasil NBS, com o apoio do GCF Task Force. Para adesão à Coalizão, enviar uma carta de apresentação e solicitação de adesão à Coalizão para: **nbs@nbsbrazilalliance.org.**

Aliança Brasil de Soluções Baseadas na Natureza
Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente (ABEMA)
GCF Task Force (GCFTF)